

**Outra
independência
nos
escombros da
memória:
insurgências
museológicas
e o Rio de
Janeiro**

• Revista  **mosaico**

**Karolline Pacheco
Santos¹**

**Further
Independence in
the rubble of
memory:
museum
insurgencies
and the Rio de
Janeiro city**

Resumo

A reflexão proposta neste artigo versa sobre a potência de processos museológicos não hegemônicos como museus de territórios, museus comunitários e museus de favelas como ferramentas para a problematização de narrativas unívocas do processo nacional e das dinâmicas de ocupação das cidades brasileiras. A partir da leitura de um dos módulos da exposição de longa duração do Museu Histórico Nacional, constituído no lastro das comemorações do Centenário da Independência, refletimos sobre como a aquisição das peças-escombros do Museu das Remoções enreda outros sentidos a partir da perspectiva dos/as atingidos/as e promove leituras decolonizadoras do nosso processo de formação nacional, bem como do museu e suas práticas.

Palavras-chave: Museu das Remoções; Museu Histórico Nacional; Museu Comunitário; Museologia Social; Sociomuseologia.

Abstract

The proposed discussion in this article is about the power of non-hegemonic museological processes namely museums of territories, community museums, and museums of favelas. That non-hegemonic museological features bring tools for problematizing univocal narratives of the national process and the dynamics of occupation of Brazilian cities. Based on the reading of one of the modules of the long-term exhibition of the Museu Histórico Nacional (National History Museum), constituted in the ballast of the celebrations of the Centenary of Independence, we discuss how the acquisition of the pieces from the Museu das Remoções entangles other meanings from the affected people perspective and promotes decolonizing readings of our national formation process, as well as of the museum and its practices.

Keywords: Museu das Remoções; Museu Histórico Nacional; Community museum; Social Museology; Sociomuseology.

Introdução

A reflexão proposta neste artigo versa sobre a potência de processos museológicos não hegemônicos como museus de territórios, museus comunitários, museus de favelas, entre outras práticas heterodoxas de musealização que irromperam ao final do século XX como ferramentas para a problematização de narrativas oficiais e unívocas.

À guisa de introdução, é mister salientar que a construção destas narrativas oficiais tem nas instituições museais uma de suas principais promotoras; estes espaços constituídos como dispositivos modernos de divulgação científica foram fundamentais na instauração de um saber-poder que organizou e classificou a realidade social por meio de uma linguagem de especialidade museológica projetada como universal. Contudo, o discurso aparentemente técnico do trabalho em museus foi forjado em um momento histórico específico, demarcado no tempo e no espaço por concepções de mundo eurocêntricas e no bojo de relações de dominação imperial/colonial que moldaram seus processos internos a partir destas lentes. Os museus, junto às universidades, são instituições “ao mesmo tempo modernas e coloniais: modernas porque eram os pilares da própria autodefinição da modernidade; e coloniais porque se tornaram uma instituição crucial para a colonialidade do conhecimento e do ser” (MIGNOLO, 2018, p. 31).

No caso brasileiro, os ditos museus modernos de caráter científico surgiram por volta do século XIX e foram constituídos, especialmente, por coleções de História Natural³⁹. Com a passagem para o século XX e as conturbadas mudanças advindas do tardio fim do regime de trabalho escravista no país (1888) e a Proclamação da República (1889), a necessidade de criar um projeto republicano que abarcasse a heterogeneidade da população brasileira a partir de uma identidade cívica moderna foi tarefa levada a cabo em distintas frentes. No ano de celebração do centenário da Independência do Brasil, em 1922, múltiplos e diferenciados projetos de nação irrompiam no cenário nacional (SANTOS, 2006, p. 28), dentre os

³⁹ Entre estas instituições podemos citar a criação do Museu Nacional do Rio de Janeiro (1818), o Museu Paranaense (1876), o Museu Paraense Emílio Goeldi (1894) e o Museu Paulista (1895). Na publicação “Estilhaços da Memória: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil” (2020), os/as organizadores/as amplificam o repertório dessas práticas científicas em circulação no século XIX abordando museus locais e Institutos Históricos e Geográficos em Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

quais podemos destacar os projetos culturais modernistas, como a Semana de Arte Moderna, em São Paulo; a realização da Exposição Internacional do Centenário da Independência, no Rio de Janeiro; e a revolta do Forte de Copacabana, evento detonador do processo de derrocada do equilíbrio de poderes entre as elites oligárquicas do sudeste na década de 1930.

Para esta análise, no ano que marca a efeméride do centenário da Independência do Brasil, nos deteremos na criação do Museu Histórico Nacional (MHN) por articulação do integralista Gustavo Barroso. Considerado o primeiro museu histórico dedicado desde sua gênese ao passado nacional, o MHN foi moldado a partir da atuação centralizadora de Barroso – diretor do museu até 1930, quando pediu exoneração do cargo, e posteriormente, entre 1932 e 1959 –, cuja imaginação museal consubstanciava o museu, a história e a nação em objetos nobres e de natureza militar, inserindo a jovem república na perspectiva de continuidade com o passado imperial (CHAGAS, 2009, p. 90).

A despeito do signo de ruptura que poderia representar a proclamação da república e da ênfase no progresso do desenvolvimento industrial que outros setores da sociedade brasileira se preocupavam em forjar como identidade da jovem nação, o MHN significou uma ponte com um passado imperial e a manutenção dos privilégios de classe, representados na predileção de objetos que dessem corpo à sua imaginação de um país feito majoritariamente por homens públicos e grandes heróis militares que, de armas em punho, civilizavam o sertão brasileiro; não importava se, das portas do museu para fora, a paisagem social do Rio de Janeiro fosse completamente diferente.

Como objetos semióforos, estabeleciam pontes entre o visível material e o invisível simbólico (POMIAN, 1984, p. 66) que reforçavam os laços entre a nação e as oligarquias pelo culto da saudade (SANTOS, 2006, p. 27), excluindo-se dessa síntese os elementos populares que, apesar de não terem ficado à parte do projeto barrosiano⁴⁰, estavam destinados a outros espaços como os museus “ergológicos” ou “folclóricos”, destacados do panteão de heróis e valores que, de fato, davam

⁴⁰ “A proposta do Museu Ergológico Brasileiro não chegou a ser colocada em prática, mas contribuiu para o entendimento do lugar que Barroso destinava à ‘cultura popular’ no quadro museal de representação da nação (ABREU, 1990a). Esse lugar não poderia ser, na perspectiva barrosiana, o Museu Histórico Nacional e muito menos o Museu Nacional de Belas Artes, uma vez que esses dois estariam reservados para os heróis e artistas consagrados (CHAUI, 1983: 98; 1989: 30)” (CHAGAS, 2009, p. 103).

corpo ao projeto de nação moderna. No MHN foi também criado o primeiro Curso de Museus, em 1932⁴¹; nesse sentido, a importância dessa instituição para a conformação de uma memória histórica oficial se dá tanto no âmbito da produção de discursos, por meio dos objetos e coleções, como no âmbito da circulação desses discursos, através da reprodução de técnicas e métodos de salvaguarda e comunicação de bens culturais difundidos a partir do Curso de Museus do MHN.

A problemática a ser desenvolvida como reflexão neste artigo parte de um acontecimento ocorrido quase um século depois, mais precisamente no dia 18 de maio de 2017, quando o MHN integrou ao seu acervo as peças-escombros do Museu das Remoções, processo museológico que documenta a luta e resistência dos/as moradores/as da Vila Autódromo contra as remoções que os/as atingiram na zona oeste do Rio de Janeiro em função das obras para a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 (BOGADO, 2017, p. 13).

Identificado como “museu comunitário a céu aberto”, surgiu de uma rede de múltiplos apoios – universidades, movimentos sociais, colaboradores/as, ativistas etc. – na qual os/as moradores/as, em luta contra o Comitê Olímpico Internacional, o Governo Federal e a Prefeitura do Rio de Janeiro, mobilizaram como mais uma das suas estratégias de resistência⁴² a memória do território e da luta por moradia digna, se apropriando do museu “como tecnologia, como ferramentas de trabalho, como dispositivo estratégico para uma relação nova, criativa e participativa com o passado, o presente e o futuro” (CHAGAS, 2011, p. 05).

Estas iniciativas – a criação do museu comunitário e a posterior inclusão das peças deste museu em um museu tradicional – reverberam os impactos da Museologia Social, que, ao longo de meio século de processos compartilhados com

⁴¹ Cabe destacar que não foi o primeiro curso de Museologia do Brasil, sendo o curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia, criado em 1969, o primeiro a executar um plano de estudo em conformidade com as diretrizes do ICOM. “No processo de consolidação do campo Museologia no Brasil, ainda tivemos a criação do curso de especialização em museologia da Fundação Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo em 1977, e a segunda graduação na UNIRIO, em 1978, recebendo o curso técnico de museus do MHN para adaptá-lo às exigências educacionais de uma instituição de ensino superior” (ROCHA, 2020, p. 63).

⁴² Marcela Munch (2017, p. 68) destaca entre os repertórios de resistência produzidos pelos/as moradores/as da Vila Autódromo a maior organização interna por meio da Associação de Moradores/as; articulações político-institucionais com universidades, movimentos sociais, partidos políticos e a mídia; estratégias de visibilização dos conflitos; ações de reapropriação do território, estratégias jurídicas e discursivas em torno da permanência como a proposta do Plano Popular de Urbanização.

comunidades e movimentos sociais⁴³, contribui para a construção de narrativas plurais como estratégias de perseguição ao abandono das memórias de grupos sistematicamente marginalizados dos processos históricos (BRUNO, 2020, p. 27). Entre as peças doadas ao MHN, estão:

[...] uma grade de janela da casa antiga, de muitos anos, de Mainha, na Rua Gilles Villeneuve, uma das últimas casas demolidas. Mainha já havia sido removida da favela Via Parque, na Barra da Tijuca, antes de se mudar para a Vila Autódromo. Pedras hexagonais, anteriormente parte da calçada da residência de Adão, morador da Vila há muitos anos, na estrada do Rio Beiro, cuja casa servia como um centro espiritual também foram apresentados, e mais uma bomba sapo pertencente a Sandra Maria, que era constantemente compartilhada entre os vizinhos como uma ferramenta de sustentabilidade para limpar o ambiente e trazer água potável para a comunidade. [...] Um dos itens mais simbólicos entregue ao MHN foi um tijolo encontrado nas ruínas após a demolição, e cujo proprietário é anônimo. Cerca de 700 famílias foram removidas, e apenas 20 permaneceram, portanto muitas das ruínas tinham proprietários desconhecidos. Este tijolo ‘anônimo’ é um símbolo para todos aqueles ‘anônimos’ que foram removidos de dentro e de fora da Vila Autódromo, e marca a importância da luta que tantos moradores de favelas enfrentam.⁴⁴

Considerando a natureza de aquisições vinculadas a eventos “heroicos” que orientou a fase de formação do museu histórico a partir de 1922, como os destroços de uma comunidade periférica se inserem em uma gramática expositiva articulada a estes objetos? Quais novas camadas de sentidos a inserção de uma grade de janela

⁴³ A Museologia latino-americana teve forte influência da chamada Nova Museologia, proposta de aproximação e adaptação dos museus às realidades de países do Sul Global que foram abordadas, em especial, na Mesa Redonda de Santiago do Chile ICOM/UNESCO em 1972. A Declaração de Santiago sintetizou a ideia de museu integral ou integrado que preconizava maior envolvimento dos museus nas questões contemporâneas do “subdesenvolvimento”, enfatizando sua função social e seu potencial de participar nas transformações das sociedades redirecionando o foco das coleções para as pessoas e seus territórios. Em 1984, a Declaração de Québec reafirmava os compromissos de Santiago e formulava os Princípios de Base de uma Nova Museologia, que culminou com a criação, no ano seguinte, do Movimento Internacional por uma Nova Museologia (MINOM). Na década de 1990 o encontro entre profissionais de museus, em especial do Brasil e Portugal, consolidou aproximações práticas e teóricas em torno de uma museologia de base comunitária, pautada em processos participativos e protagonizados por qualquer pessoa ou comunidade interessada em identificar, registrar, salvaguardar e comunicar suas memórias. O aprofundamento dos compromissos políticos dos museus como ferramentas de enfrentamento das desigualdades e injustiças sociais e do maior protagonismo de comunidades subalternizadas promoveu rupturas epistemológicas (BRITTO, 2019, p. 104) que vêm se consolidando no âmbito da chamada Museologia Social ou Sociomuseologia como um campo de ação e reflexão interdisciplinar e pautado em outras imaginações científicas que se caracteriza pela valorização destes saberes como possibilidades epistêmicas de uma *práxis* museológica humanizadora.

⁴⁴ VILLALOBOS, Chloe. (2017) Museu Histórico Nacional Recebe Acervo Documentando Resistência da Vila Autódromo. Disponível em <www.rioonwatch.org.br/?p=25789> Acesso em 11/07/2022 às 12:19.

da casa de Mainha, das pedras hexagonais da calçada de Adão e uma bomba sapo da Sandra acrescentam ao acervo de objetos acumulados por Gustavo Barroso? De que forma essa aquisição possibilita outros olhares para o nosso processo nacional no bicentenário da independência e no centenário da própria instituição?

Para esta leitura, percorreremos o último módulo da exposição de longa duração do MHN, “Cidadania – 1889 até a atualidade”, no qual, desde 2020, as peças do Museu das Remoções dialogam com os fragmentos do Morro do Castelo, ocupação popular do início do século XX removida definitivamente para a construção dos palácios e pavilhões da Exposição Comemorativa do Centenário da Independência. Nesta nova gramática expositiva os objetos interrompem a narrativa contínua da Colônia à República e se conectam em um outro eixo: a longa duração das políticas de remoções dissociadas de políticas de habitação e emprego nas cidades. Fenômenos estritamente vinculados aos caminhos excludentes de construção da cidadania no Brasil espacialmente representados na cartografia de lutas dos movimentos pelos direitos à terra, às cidades (em suas várias possibilidades) e à mobilidade urbana.

Para esta análise, partimos das perspectivas críticas da modernidade, em especial as contribuições que vêm sendo consolidadas no pensamento social latino-americano como perspectiva decolonial, pois compreendemos que o processo moderno/colonial não acumulou/acumula apenas riquezas por meio da exploração de recursos ou do trabalho não remunerado de milhões de escravizados/as e assalariados/as; acumulou também significados, e os museus modernos foram paradigmáticos deste simulacro social (MIGNOLO, 2018, p. 310). Estes museus impuseram formas de conhecer e ordenar o mundo cuja geopolítica do conhecimento partia da Europa para os territórios colonizados, no entanto, transfigurado pela racionalidade moderna, se projetaram como coleções e conhecimentos neutros cujo valor inquestionável como testemunhos do “progresso” humano simulava simbolicamente a universalidade da superioridade europeia.

No sentido de compreender a potência que a diversidade de formas de salvaguarda e comunicação de memórias protagonizadas por comunidades e subjetividades subalternizadas pelos discursos hegemônicos têm para a descolonização dos museus e das narrativas históricas, a noção de imaginação museal formulada pelo museólogo Mário Chagas (2009) será fundamental para compreender a “capacidade singular e efetiva de determinados sujeitos articularem

no espaço (tridimensional) a narrativa poética das coisas” (p. 58). Desse modo, pretendemos desnaturalizar os processos museológicos, muitas vezes caracterizados como técnicos, e lançar luzes à dimensão política na construção de discursos mediados pela cadeia operatória museológica⁴⁵. Este conceito também nos auxiliará a pensar outros processos de mobilização desta “linguagem das coisas” por *sujeitos* que, historicamente alijados/as dos projetos nacionais concebidos desde a independência, têm produzido contramemórias que perturbam a unissonância dos discursos oficiais, a partir de imaginações museais gestadas em saberes indígenas, quilombolas, em periferias e favelas que não só valorizam e comunicam suas memórias como promovem um importante trabalho de descolonização das próprias práticas museológicas e das narrativas oficiais.

A formação do MHN após as comemorações do Centenário da Independência, em 1922, foi instrumento de fabricação de um determinado imaginário sobre a nação e os museus; passado mais um século da data que marca nosso processo emancipatório, inferimos como a musealização das lutas contra as remoções enseja outras independências em perspectiva decolonial.

Estabelecendo pontes entre o Morro do Castelo e a Vila Autódromo: megaeventos, políticas de remoções urbanas e museus

É preciso primeiramente refletir sobre o avanço em direção à uma reparação histórica no reconhecimento destas memórias em ruínas por parte de um museu tradicional vinculado, como tantos outros, às sínteses nacionais.

O MHN se consolidou junto a outros de sua tipologia em um processo museológico pautado na reafirmação dos valores e sentidos projetados por elites econômicas que se esforçaram em atualizar ao longo do tempo mecanismos de exclusão de parcelas significativas da população brasileira. Forjado como instituição no ano do centenário da Independência do Brasil, os caminhos de interpretação do nacional enquadravam a nação em um todo coeso e homogêneo; do “culto ao passado” à concepção moderna de história mediada por essa linguagem das coisas,

⁴⁵ Para a museóloga Maria Cristina Bruno (MAE/USP), a Museologia é compreendida como área integrada aos sistemas dinâmicos de organização e administração dos indicadores de memória a partir de procedimentos próprios de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativo-cultural) dos bens culturais identificados como parte de uma cadeia operatória específica do campo.

“permanece como problema museológico e museográfico o lugar dos índios bravios, dos negros aquilombados, dos alfaiates, dos jagunços de Canudos, dos beatos do Contestado e dos trabalhadores sem-terra” (CHAGAS, 2009, p. 67).

Essa narrativa dominante tem sido problematizada por novas políticas institucionais incorporadas ao atual MHN⁴⁶, no entanto, destacamos aqui o peso simbólico dessa instituição como difusora de uma prática museológica compreendida como normativa e de uma narrativa hegemônica do processo nacional.

Essa aparente incongruência que salta aos olhos na entrada das peças-escombros do Museu das Remoções no MHN – tanto pelo histórico da instituição, como pela natureza “diferenciada” dos objetos doados⁴⁷ – funciona como elemento tensionador dos esquecimentos que pautam a gestão de uma memória sem conflitos e que nos permite perceber em que medida uma Museologia de base comunitária e crítica colabora para a expansão dos circuitos de memórias negligenciadas pela Museologia pautada no colecionismo (BRUNO, 2020, p. 21). Destacamos mais uma vez que esta incongruência é apenas aparente; encontramos fortes conexões entre a grade da casa de Mainha e o MHN ao percorrermos a trajetória desta instituição modelar para a Museologia brasileira.

O MHN ocupa hoje uma área próxima ao Morro do Castelo que, no começo do século XX, abrigava mais de 5 mil pessoas em cortiços, vilas, estalagens e outras habitações coletivas que caracterizavam o tipo de moradia das classes trabalhadoras neste período (CHAULBOUB, 1996, p. 15). A derrubada do Morro do Castelo fez parte do projeto de embelezamento planejado da urbe, que significava para as autoridades da época uma via expressa ao ideal de modernidade das

⁴⁶ Além da aquisição das peças do Museu das Remoções, como parte dessas mudanças institucionais, podemos citar o olhar crítico para o acervo proposto na programação de comemoração do bicentenário do Brasil e centenário da instituição com a exposição temporária “Rio-1922”, resultado de uma curadoria colaborativa que aborda, entre seus módulos, o desmonte do Morro do Castelo como tema; e a exposição “Brasil decolonial – outras histórias” com um conjunto de 17 intervenções no circuito de longa duração do MHN sobre temas e objetos relativos à diáspora africana na história do Brasil. Disponível em <www.mhn.gov.br/index.php/confira-a-programacao-do-museu-historico-nacional-para-a-semana-de-museus-2022> Acesso em 13/07/2022 às 13:45.

⁴⁷ Aqui faço referência direta ao termo utilizado por moradora do bairro de Higienópolis - bairro nobre da região de São Paulo - ao ser indagada a respeito da construção de uma estação da Companhia do Metropolitano no bairro e que responde negativamente ao definir o “tipo” de pessoas que circulam próximo às estações como “gente diferenciada”. Este extrato da mentalidade da classe alta/média brasileira nos informa do medo à diferença e do papel do diferente na narrativa que pretendemos abordar a partir da Sociomuseologia. Disponível em <www.geledes.org.br/moradores-de-higienopolis-em-so-se-mobilizam-contru-estacao-de-metro/> Acesso em 07/07/2022 às 16:17.

idades europeias em oposição ao passado colonial associado à dependência, à desordem e ao atraso a que estes tipos de habitações e seus ocupantes passaram a ser associados/as. Muitos argumentos foram levantados em prol da reestruturação do espaço urbano, propalados por elites econômicas anelantes por se integrarem ao concerto internacional das nações, sendo um dos mais eficazes o discurso higienista pautado no paradigma científico miasmático que associava esses aglomerados urbanos à proliferação de pestes e epidemias (CHAULBOUB, 1996, p. 29). Esses argumentos de ordem sanitária se conjugavam aos esforços de controle social e crescente especulação dessas áreas centrais que reuniam em torno da disponibilidade de moradias baratas e ofertas de emprego uma população de baixa renda cujo perfil sociorracial não só destoava como confrontava o ideal de uma cidade moderna.

No entanto, uma das principais motivações para a remoção definitiva da população e derrubada do Morro do Castelo foram as obras para a Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil em 1922. Aos pés dos cortiços e estalagens erguidas no morro, estava o complexo arquitetônico do antigo Arsenal de Guerra da Corte cujas edificações abrigaram o Palácio das Grandes Indústrias da exposição nacional (SANTOS, 2006, p. 29). A parte frontal deste espaço, posteriormente, foi destinada à formação do primeiro museu dedicado ao passado nacional, o MHN, um passado em que os moradores/as do Castelo e demais morros e favelas não apareciam ou dele participavam; quando muito, poderiam ser observadores/as passivos/as do desenrolar da história protagonizada por poucos homens.

A repressão e apagamento desses territórios articulados aos usos cotidianos de trabalhadores/as e suas formas de sociabilidades nas cidades brasileiras, em especial a partir do século XX, não podem ser desconectados do fato de que “nossa desigualdade traz o dado racial como elemento imanente ao sistema de hierarquias construídos e reproduzidos na atual configuração espacial” (OLIVEIRA, 2019, p. 229). Não podemos desconsiderar que a remodelação arquitetônica e urbanística da cidade do Rio de Janeiro, conjugada ao esforço de criar uma imagem externa positiva do país tendo como vitrine um evento internacional, se pautou em

[...] regimes de visibilidade de fachada que escondem o fundo de quintal, a produção de subjetividades negras e os violentos processos de segregação e distinção, ou seja, o enfrentamento a

política racializada de memórias espaciais na gestão da cidade (OLIVEIRA, 2019, p. 231).

Quase um século depois da Exposição do Centenário da Independência, no ano de 2016, outro evento internacional sujeitou comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro às remoções e ingerências de uma reconfiguração territorial assentada no imaginário europeu/estadunidense, agora de cidades desenvolvidas – ou “*city marketing*” – através da gestão do espaço citadino como mercadoria para a especulação imobiliária e investimentos estrangeiros. A cidade moderna se reafirmou na reconfiguração contemporânea do urbanismo neoliberal:

O que outrora fora justificado por uma missão civilizadora, hoje continua a se justificar, dentre outras formas, pela retórica do desenvolvimento, que pretende apontar, no caso, os rumos que as cidades devem seguir para conseguirem se destacar no cenário global e atrair investimentos. [...] Há um recado claro de que os centros geopolíticos são os que detêm a legitimidade para produzir conhecimento/planejamento para os centros urbanos do restante das metrópoles do mundo (MUNCH, 2017, p. 105)

As peças-escombros do Museu das Remoções que foram doadas ao MHN resultaram do exercício de musealização da luta – não das ruínas – dos/as moradores/as da Vila Autódromo, comunidade da zona oeste do RJ, na qual 97% de seus/suas moradores/as foram removidos/as para a construção de instalações ligadas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016⁴⁸. No sentido de potencializar a vida nesse território em ruínas e manter a mobilização contra as políticas de remoções e suas ações arbitrárias, o museu surgiu de uma intervenção artística articulada às Oficinas de Memória com os/as moradores/as e a construção de mapas afetivos que deram origem a sete esculturas formadas dos escombros e situadas nos terrenos de casas demolidas da antiga vila (Figura 1). Além destas esculturas, fazem parte do Museu das Remoções o acervo documental, com fotos, vídeos, teses e dissertações, entre outras produções de colaboradores/as que

⁴⁸ “Com o amplo apoio do capital privado e da grande mídia, uma nova ameaça de remoção veio quando a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida em 2009 como sede dos Jogos Olímpicos de 2016. A remoção de comunidades de baixa renda foi uma marca da Prefeitura de Eduardo Paes (2009 – 2016). No Plano Estratégico anunciado em janeiro de 2010, a Vila Autódromo estava entre as 119 favelas que seriam reassentadas pelo Município. Até 2015, estima-se que mais de 20 mil famílias tenham sido removidas em função da Copa do Mundo 2014 e dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Só na Vila Autódromo, mais de 500 famílias foram removidas sob a justificativa da construção do Parque Olímpico, do Centro de Mídia e das reformas de mobilidade urbana.”. Disponível em <www.museudasremocoes.com/sobre/a-vila-autodromo/>. Acesso em 09/07/2022 às 12:20.

documentam o processo de resistência; a Igreja São José Operário, edificação original e espaço de reuniões comunitárias; e também as pessoas da Vila Autódromo, aqueles/as moradores/as que permaneceram, bem como os/as que tiveram de se mudar, assim como os escombros e as casas modulares construídas pelo governo e que compõem a atual paisagem urbana do local e registram suas transformações (BOGADO, 2017, p. 14; MUNCH, 2017, p. 74).



Figura 1 - Escultura no Museu das Remoções da Vila Autódromo.
Fonte: <<https://rioonwatch.org.br/?p=55379>>. Acesso em: 7 jul. 2022 as 09:48

Esta perspectiva inovadora de musealização chega até nós a partir de uma mudança paradigmática sensível que ocorre em diferentes áreas do conhecimento a partir da década de 1970. As últimas décadas do século XX foram fundamentais para o fortalecimento de movimentos e para a autodeterminação de segmentos sociais que provocaram profundas transformações no campo político e científico ao colocarem novos problemas às disciplinas tradicionais, evidenciando seus limites conceituais e isolamentos. O impacto dos movimentos sociais nesse período e o radicalismo criativo inerente aos processos de resistência que movem estas coletividades organizadas são imprescindíveis para compreender os compromissos assumidos nos âmbitos de uma história crítica e de uma museologia pautada nas pessoas e seus territórios que se utilizam de linguagens híbridas para a inserção de suas experiências que emergem como fissuras na narrativa homogênea.

Ao substituir a retórica da perda (GONÇALVES, 2015, p. 220), que mobilizou as práticas preservacionistas ocidentais que buscavam salvar das mudanças socioculturais um passado/tradição de um iminente presente/destruição, a retórica

da luta (HEITOR, 2021, p. 123), mobilizada por museus e ações museológicas comunitárias, é uma estratégia de produção de contramemórias a fim de “desdobrar conseqüentemente toda uma outra forma do tempo” (FOUCAULT, 1998, p. 33).

Os escombros doados ao MHN pelos/as moradores/as da Vila Autódromo se revestem de significados múltiplos que nos chegam mediados por essa luta. No glossário “Vocabulários em movimento, vidas em resistência: singularidades da luta a partir de conversas na Vila Autódromo” (2017), a moradora Sandra Maria – doadora da bomba sapo – assim define os escombros para a comunidade:

Aqui na Vila, foi bem isso que aconteceu, nossa geografia foi modificada. Quando removiam uma casa, não removiam apenas a casa, cortavam as árvores, destruíam o terreno, destruíam tudo. Removiam nossas referências geográficas. [...] Em meio a toda essa destruição, havia os escombros. As casas eram demolidas e os escombros abandonados no terreno por meses, alguns chegaram a fazer aniversário, pois ali permaneceram por mais de um ano. Ainda hoje, temos escombros que não foram retirados. Permanecem em nosso território como uma cicatriz, uma rugosidade em nosso espaço e nossa história. (OLIVEIRA *et al.*, 2017, p. 21)

À tática do poder público de abandonar os escombros das casas demolidas a pesquisadora Marcela Munch (2017) denominou de “deslugarização do espaço” a partir de “práticas espaciais destrutivas, que vão desconstituindo aos poucos justamente os símbolos que invocam a relação com o lugar” (p. 62); Lois Wacquant (2017) observa que uma das faces da estigmatização territorial é a dissolução do lugar, “a perda de um quadro humanizado, culturalmente familiar e socialmente peneirado” (p. 30). É o que nos informa Sandra: para além da perda individual da moradia digna, há uma perda de referências coletivas que permanecem no território como cicatrizes, reminiscências e vestígios que confrontam moradores/as que permaneceram a lidar com a perda, mas também com a transformação da memória local agora inscrita na cartografia das lutas populares e dos movimentos sociais urbanos no Brasil.

Viabilizada por uma nova razão museológica e liberta da circularidade do museu-instituição como vetor para a musealização (BRUNO, 2020, p. 23)⁴⁹, as

⁴⁹ A percepção que o campo de estudos das Museologias não se restringia a instituição museu ou aos objetos por seu valor distintivo (musealia-musealidade), mas sim às sociedades e os processos que viabilizam essa atribuição de valores, se consolidou no debate científico de final dos anos 1970 no âmbito do ICOM por meio do Comitê Internacional de Museologia (ICOFOM). Este comitê foi fundado em 1977 pelo tcheco Jan Jelínek e contou com pensadores/as como Zbyněk Stránský,

peças do Museu das Remoções são investidas de significados como objetos criados ou construídos (MOUTINHO, 1994, p. 07) por práticas museológicas insurgentes, neste caso, para denunciar as investidas do poder do Estado e anunciar a resistência dos/as moradores/as. Da encruzilhada criativa entre processo museológico e mobilização popular, o Museu das Remoções surge como experiência disruptiva do museu tradicional e voz dissonante do modelo de políticas públicas assentadas no empreendedorismo urbano ou, como postulou Diana Bogado (2017), como resistência criativa à construção da cidade neoliberal.

Analisaremos a seguir como estes objetos construídos e musealizados em processos participativos e comunitários, cujos valores atribuídos estão ligados à luta, ao confronto, à resistência e não mais à autenticidade, à originalidade ou a raridade do objeto museológico herdado (MOUTINHO, 1994, p. 07), anunciam outras axiologias que inserem de forma crítica e contundente a perspectiva dos/as atingidos/as pelos processos de remoções na história social do Brasil comunicada pelo museu histórico.

A cidadania em construção: os escombros como parte de uma história social das cidades brasileiras

Ao analisar as interpretações sobre o Brasil articuladas aos conceitos de memória e história veiculadas nas exposições do MHN, a historiadora Myrian S. dos Santos (2006) destacou duas fases – entre 1922 e 1932 e a partir da década de 1980 – nas quais as narrativas museológicas são construídas a partir de olhares completamente distintos sobre os objetos, as coleções e a função social dos museus.

Nessa análise, o período no qual atuou Gustavo Barroso é caracterizado como o arquétipo do museu-memória pela celebração nostálgica de um passado idílico perfeito; em sua imaginação museal, Barroso “apontava o herói como exemplo, o objeto-testemunho como mediador de símbolos e valores (éticos e estéticos)” aos quais restava aos/às visitantes apenas contemplar (CHAGAS, 2009, p. 97). Na segunda fase, indicada a partir da década de 1980, a autora destaca o empenho na reformulação da exposição a partir de uma abordagem temática

Waldisa Rússio C. Guarnieri e Anna Gregorová que contribuíram para a constituição de uma metamuseologia contemporânea assentada no conceito de musealização.

consonante com uma perspectiva moderna de tempo histórico, na qual a periodização passou a se sustentar em linhas explicativas evolutivas da história, concentrando a narrativa nos ciclos econômicos⁵⁰. Como museu-narrativa, estabeleceu-se a partir de uma história-síntese que prescindia dos objetos para interpretação, reduzindo-os a meras ilustrações de narrativas pré-estabelecidas pela construção historiográfica hegemônica – “Assim, ao serem utilizados exclusivamente e unicamente pela qualidade que têm de simbolizar o discurso do presente, ignorando-se sua função no passado, os objetos rompem com o tempo e com a memória” (SANTOS, 2006, p. 63).

Nesse sentido, o debate que atravessa esses momentos do MHN diz respeito ao papel dos objetos e coleções na construção de narrativas históricas nos espaços museais. Se em um primeiro momento eles adquirem centralidade como testemunhos materiais cujo valor é inerente e inquestionável, em outro, esvaziando-se de sentidos, tornaram-se subordinados a uma narrativa externa. Em ambas as abordagens o problema de representação de segmentos sociais subalternizados em nosso processo nacional continuou em aberto; esses setores da população brasileira dificilmente adentraram com seus objetos nos museus tradicionais – frequentemente rotulados por olhares externos como exóticos ou folclóricos – ou figuraram como *sujeitos* nas narrativas históricas hegemônicas; no entanto, destacamos os esforços de representação ensejados pela instituição a partir da abertura democrática no país (MAGALHÃES; TOSTES, 2009, p. 137), cuja reflexividade das pautas sociais e garantia de direitos fundamentais resultou em abordagens museográficas que buscaram, em diferentes frentes, tensionar o projeto de nação dominante⁵¹.

É mister salientar que entre estes extremos novas abordagens nas áreas da História e da Museologia colaboraram para a dessacralização de documentos e

⁵⁰ Apesar de a autora demarcar a segunda fase a partir da década de 1980, salienta que a mudança na conceituação historiográfica do MHN aparece já na reestruturação da exposição efetivada por Léo Fonseca e Silva, militar que esteve à frente do museu entre 1967 e 1970. Nesse período, os núcleos do museu foram reduzidos e caracterizados pelos regimes políticos em um “suceder de fatos e governos no tempo”, excluindo-se o período republicano, que passou a ser a missão do Museu da República, inaugurado em 1960.

⁵¹ Podemos citar a exposição “Expansão, Ordem e Defesa” de curadoria de Imar Rohloff de Mattos que permaneceu no museu de 1994 a 2010; nesta exposição foram incluídos objetos musealizados referentes a movimentos sociais ao longo da história do Brasil como o tambor da revolta do Contestado (1912-1916), uma bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o vestido da cangaceira Maria Bonita, entre outros, cuja presença demarcava os conflitos e tensões subjacentes a pretensa ordem imposta pelo projeto nacional.

objetos como aspectos centrais de seus processos, no sentido de ampliar o espectro de *sujeitos* destas narrativas. Estas áreas também se debruçam sobre documentos oficiais e coleções tradicionais, no entanto, não mais como simulacros de uma verdade histórica, mas como possibilidades de acessar processos sociais complexos e jogos de poder que precisam de ser problematizados e postos à crítica a partir de outros olhares e estratégias de comunicação.

A atual exposição de longa duração do MHN já passou por importantes reformulações desde que Myrian S. dos Santos defendeu a sua dissertação na década de 1980. Transformações institucionais ancoradas em conceitos museográficos e museológicos críticos vêm gradualmente adaptando um museu instituído nas bases de um modelo normativo elitista em um espaço de identificação social mais plural e polifônico. Estrutura-se hoje em quatro módulos dispostos em um circuito linear que compõe uma narrativa histórica contínua, cujos temas se articulam em períodos que abarcam 1) os vestígios arqueológicos, como pinturas rupestres e sambaquis, seguidos por informações dos povos indígenas antes da chegada dos europeus e atualmente, módulo nomeado de “Oreretama”; 2) expansão marítima e colonização portuguesa nas Américas até a proclamação da independência, identificado como “Portugueses no mundo – 1415 a 1822”; 3) o período imperial, culminando com a Guerra do Paraguai, Abolição da Escravatura e Proclamação da República no módulo “A Construção da Estado – 1822 a 1889”; e 4) o módulo “Cidadania – 1889 à atualidade”, com o início do regime republicano aos dias atuais⁵².

Não é objetivo deste artigo abordar toda a exposição de longa duração e as continuidades ou descontinuidades com os modelos de museu-memória e museu-narrativa descritos anteriormente, mas não é difícil perceber os marcos históricos que conformam estes núcleos a partir de períodos que se sucedem em uma narrativa progressiva da Colônia à República. Nossa atenção se volta para o último núcleo, referente ao período republicano, no qual as temporalidades se imbricam, e as peças do Museu das Remoções se inserem em uma gramática expositiva articulada aos vestígios do antigo Morro do Castelo, evidenciando outro eixo de continuidade do nosso processo nacional: o das políticas de remoções de

⁵² Informações retiradas do site da instituição. Em <www.mhn.museus.gov.br/index.php/exposicoes/>. Acesso em 27/09/2022 às 15:01.

populações atingidas em seu direito à moradia nas grandes cidades brasileiras.

É interessante notar que as peças do antigo Morro do Castelo foram integradas ao acervo do MHN como fragmentos de edificações coloniais⁵³, como os frontais da Fortaleza do Castelo e da Igreja dos Jesuítas e os azulejos do Convento dos Capuchinhos. São vestígios cujos valores atribuídos nesta aquisição estavam, a princípio, ligados à ocupação colonial do território que antes da chegada e fixação de trabalhadores/as no morro — entre eles/elas aqueles/as recém libertos/as do regime escravista e imigrantes europeus — serviu para fortalecer o domínio português após a expulsão dos franceses no século XVI, o que deu origem à cidade do Rio de Janeiro.

Se interpretados a partir de uma perspectiva hegemônica da história nacional, poderiam ser mais um simulacro do passado colonial e identificação com suas instituições religiosas cristãs que “naturalmente” estariam em um museu histórico ou mesmo fragmentos de um estilo arquitetônico colonial que tanto foi valorizado como singularidade nacional em nossas primeiras políticas preservacionistas⁵⁴; vestígios que acreditaríamos passivamente encarnarem valores essenciais, até porque sempre tiveram presença garantida em nossos espaços museológicos e que confirmam a narrativa dominante. Mas, quando esses fragmentos que sobreviveram às demolições que marcaram as dinâmicas de urbanização do começo do século XX, se articulam em uma linguagem expositiva com os fragmentos que resistiram ao bota-abaixo olímpico quase um século depois, outros valores estão em movimento.

Para a composição deste novo discurso no MHN (figura 2), estes objetos em relação aos demais estruturam e nos remetem a um novo sistema de referências no qual territórios marginalizados na dinâmica urbana se inserem como partes orgânicas à cidade e à sua história, além de denunciar as políticas de remoções e a

⁵³ Aline Montenegro Magalhães, técnica em assuntos culturais do MHN, nos informa: “O MHN coletou vestígios das edificações ligadas ao Estado, como fragmentos do frontal da Fortaleza do Castelo, e à Igreja, como o frontal da Igreja dos Jesuítas, e os azulejos do convento. Dos antigos moradores ficaram algumas vozes gravadas, que atualmente integram o acervo do Museu da Imagem e do Som. Nenhuma parte do telhado, nenhum tijolo de parede, o que invisibiliza essas pessoas que viviam no século XX, reduzindo a antiga colina aos tempos coloniais.” Disponível em <www.exporvisoos.com/2020/10/30/rastros-e-restos-nos-interessam/> Acesso em 11 jul. 2022 às 17:47.

⁵⁴ Aspecto abordado em produções seminais do campo de estudo das políticas preservacionistas no Brasil como em “Arquitetos da Memória: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)” de Márcia Chuva (2009) e “O tecido do tempo: o patrimônio cultural e a academia SPHAN” de Mariza Veloso (2017).

falta de políticas de habitação e emprego que estruturam a experiência urbana das classes populares no Brasil. Nessa nova poética das coisas, as grades e janelas típicas de casas populares não parecem destoar do lavabo da sacristia do Convento dos Capuchinhos e os azulejos setecentistas estão ombreados com os azulejos da casa da Sr.^a Nadilse, atingida pela remoção arbitrária da Vila Autódromo.



Figura 2 - Módulo “A cidadania em construção - 1889 à atualidade” com peças da Vila Autódromo e do Morro do Castelo.

Fonte: Crédito da foto de Adriana Bandeira Cordeiro/MHN.

Este diálogo é possível pela capacidade de os objetos, como corpos mediadores, fazerem circular sentidos, afetos, valores, contradições e conflitos construídos no presente. Somem-se a isso os museus, entendidos como campos discursivos, e a musealização como prática social de atribuição e de comunicação de valores que excedem e transbordam os limites da instituição-museu, efetivando-se mesmo na linha de frente de um território em luta, como o é a Vila Autódromo. Mário Chagas nos alerta:

A musealização, como prática social específica, derramou-se para fora dos museus institucionalizados. Tudo passou a ser museável, ainda que nem tudo pudesse, em termos práticos, ser musealizado. A imaginação museal e seus desdobramentos museológicos e museográficos passaram a poder ser lidos em qualquer parte em que estivesse em jogo um jogo de representações de memórias corporificadas. (CHAGAS, 2009, p. 49)

É fundamental neste processo reconhecer que todo exercício de musealização implica uma pedagogia museológica que educa nosso olhar em relação aos bens culturais e aos valores que construímos em sociedade mediados por estas coleções e acervos. Nesse sentido,

[...] entende-se que essa pedagogia nos ajuda no tratamento do abandono e nas escolhas do que é relevante, quando atuamos na constituição de fatos e fenômenos museológicos ou quando projetamos as nossas indagações sobre novas perspectivas de musealidade. Em cenários histórico-culturais como aqueles que identificamos no Brasil, essa perspectiva pedagógica assume um papel extremamente relevante, pois a educação para a memória e a educação para o patrimônio são ferramentas muito potentes para nos auxiliarem nas necessárias reparações e nos fortalecerem nos percursos da indignação. (BRUNO, 2020, p. 27)

O processo de musealização destas peças-escombros se configura como importante iniciativa de memória que une o sensível e o inteligível na conflituosa relação da cidade com seus habitantes, cabendo-lhes a "metáfora da ponte lançada entre tempos, espaços, indivíduos, grupos sociais e culturas diferentes; ponte que se constrói com imagens e que tem no imaginário um lugar de destaque" (CHAGAS, 2011, p. 05). No exercício crítico de estabelecer relações, essas peças conectam especificamente o próprio MHN ao território ao qual se vincula – a proximidade com o Morro do Castelo – e o provoca a enfrentar esse passado comum na denúncia que a materialidade do objeto singular faz da negligência e da violência do Estado contra populações pobres atingidas no seu direito à terra, à cidade e à moradia digna que caracteriza a experiência popular ao longo da história do Brasil.

Possibilitada pela ação coletiva e pela lucidez de diferentes agentes e profissionais em relação aos desafios de seu tempo e ao papel dos museus, o acréscimo dessas peças ao acervo da tradicional instituição oferece alternativas à "pedagogia do dedo em riste", que caracterizou a imaginação museal barrosiana (CHAGAS, 2009, p. 197), tendo moldado o MHN em seu início — e que ainda hoje encontramos na comunicação museológica de muitos museus normativos — a partir

do que o geógrafo Milton Santos denominou de “pedagogia da existência” (SANTOS, Milton, 2006, p. 116). Nas imbricações do território apontadas pelo geógrafo brasileiro, as macropolíticas hegemônicas se deparam com micropolíticas de resistências locais que provocam fissuras e que “assumem a condição fronteira e a partir dela conseguem transformar resistências individuais em resistências estruturais” (MUNCH, 2017, p. 191).

Considerações finais - “memória não se remove”

Quando inicialmente nos perguntamos como os destroços de uma comunidade periférica poderiam se inserir em uma gramática expositiva articulada aos objetos tradicionalmente incorporados pelo MHN, percebemos que algo tão peculiar como a grade de Mainha tensiona o discurso oficial e nos transporta para a dimensão da contradição, do conflito, das fissuras que impedem o asfalto de reencontrar a favela. Processos museológicos contemporâneos como o Museu das Remoções⁵⁵ têm vindo a produzir contramemórias da cidade moderna/neoliberal ao mesmo tempo que reinventam práticas consolidadas no âmbito dos museus a partir de suas dinâmicas e demandas locais; são práticas fomentadas nos saberes que compõem os universos cotidianos e que alargam os pontos de encontro de uma memória social comprometida com a diferença e a justiça social.

Dessas experiências procuramos apreender a diversidade de estratégias de gestão, preservação e comunicação na construção das memórias coletivas desses territórios marcados pelos signos dos deslocamentos — migrações, despejos, remoções —, da precariedade e da violência que incide de forma estigmatizante, gerando impacto em aspectos da vida econômica, política e cultural dessas populações. A partir de seus desafios e singularidades, outras formas de acionar a memória musealizada encarnada em objetos e/ou linguagens artísticas nos orientam por caminhos de descolonização dos processos museológicos ao fundamentar suas ações em apropriações específicas da realidade e, a partir delas, contribuir para o

⁵⁵ Podemos citar também o Acervo da Lage (BA), Museu da Maré (RJ), o Museu de Favelas (RJ), o Museu de Quilombos e Favelas Urbanas (MG), Museu da Beira da Linha do Coque (PE), Ponto de Memória da Cidade Estrutural (DF), Ponto de Memória Museu do Beiru (BA), Ponto de Memória Museu de Periferia (PR), Ponto de Memória Museu do Taquaril (MG), entre outros. O edital do Programa Pontos de Memória do Instituto Brasileiro de Museus é uma importante parceria público-comunitária com o objetivo de identificar, apoiar e fortalecer iniciativas de memória e museologia social pautadas na gestão participativa e no vínculo com a comunidade e territórios.

processo de registro e comunicação de referências alternativas às imagens sociais fixadas pelo racismo estrutural. São nesses desvios da normatividade museológica ou de desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2008, p. 287) que outros valores são incorporados, promovendo sentidos positivos nesses territórios e fortalecendo a organização comunitária.

Como enfrentamento da persistência da memória do poder essencializada em coleções herdadas por museus tradicionais, como as reunidas por Gustavo Barroso no ano do centenário da independência em torno de uma memória nacional protagonizada pelas elites brasileiras, os museus comunitários têm efetivado, ao longo das últimas décadas, o exercício do poder da memória como enfrentamento das narrativas hegemônicas. Nesse sentido, a entrada dos escombros musealizados das remoções urbanas no acervo de armas, porcelanas e canhões do centenário MHN aponta para novas perspectivas de leituras do processo histórico brasileiro articuladas aos desafios contemporâneos do direito à cidade e de garantia de cidadania plena a todos/as/es no bicentenário do Brasil, além de se inscrever como denúncia das contradições da narrativa oficial, que não lida com a sistemática exploração física e exclusão simbólica à qual *sujeitos* racializados/as foram submetidos/as para a construção do seu projeto de nação moderna.

Artigo recebido em 29 de julho de 2022

Aprovado para publicação em 26 de setembro de 2022

Referências

BOGADO, Diana. Museu das Remoções da Vila Autódromo: Resistência criativa à construção da cidade neoliberal. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 10, n. 54, p. 3-27, 2017.

BRITTO, Clovis Carvalho. **“Nossa maçã é que come Eva”**: a poética de Manoel de Barros e os lugares epistêmicos das Museologias Indisciplinadas no Brasil. Tese (Doutorado em Museologia) – Departamento de Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2019.

BRITTO, Clovis Carvalho; CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da; CERÁVOLO, Suely Moraes (org.). **Estilhaços da memória**: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil. Goiânia: Editora Espaço Acadêmico, 2020.

BRUNO, Maria Cristina de O. Museologia: entre abandono e destino. Revista do PPG-FCI-UnB. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 9, n. 17, p.19-28, 2020.

CHAGAS, Mario. **Imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso**, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: IBRAM, 2009.

CHAGAS, Mario. Museus, memórias e movimentos sociais. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, n. 41, p. 5-15, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal editora, 1998.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, 2015.

HEITOR, Gleyce K. **Quando o museu é uma luta: a criação do Museu da Beira da Linha do Coque e do Museu das Remoções**. Tese (Doutorado em História Social e Cultura) - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2021.

MAGALHÃES, Aline M.; TOSTES, Vera L. B. Museu e representações da nação no pós-colonialismo. Reflexões sobre os passados construídos no Museu Histórico Nacional. In CHAGAS, Mário S. *et al.* (org) **A democratização da memória: a função social dos museus ibero-americanos**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da Universidade Federal Fluminense – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 287-324, 2008.

MIGNOLO, Walter. Museus no horizonte colonial da modernidade: Garimpendo o museu (1992) de Fred Wilson. **Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v. 7, n. 13, p. 309-324, 2018.

MOUTINHO, Mário C. **A construção do objecto museológico**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 1994.

MUNCH, Marcela. **Direitos Humanos e a Colonização do Urbano: Vila Autódromo na disputa**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

OLIVEIRA, D. C.; SANTOS, D. C., TEIXEIRA, J.S., SILVA, L. C., MACENA, M. P., DIVINO, M. A., *et al.* **Vocabulários em Movimento\vidas em resistência**. Rio de Janeiro: Instituto Goethe e Museu das Remoções, 2017.

OLIVEIRA, Denilson A. Memórias subterrâneas negras na “Pequena África”. In Domingues, J., & Pragmácio, M. (org) **Memória, patrimônio cultural e a questão urbana no Rio de Janeiro: contradições, conflitos e desafios**. Rio de Janeiro: Letra Capital Editora LTDA, 2019.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. **Enciclopédia Einaudi**, v.1, p. 51-86, 1984.

ROCHA, Ana Karina C. O. **Construção e disputas do campo Museologia no Brasil: os fóruns nordestinos 1988-1996**. Tese (Doutorado em Museologia) - Departamento de Museologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2020.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Myrian S. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.

WACQUANT, Loic. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. **Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 16, 2017.

Sobre a autoria

¹Doutorado em Museologia (2020 –) pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, ULHT, Portugal. E-mail: karolpach@gmail.com